

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

SIMONE PILETTI VISCARRA

Trabalho de Conclusão de Curso

TÍTULO

A importância do Capital Social para a compreensão do bem-estar dos moradores de  
Porto Alegre.

PORTO ALEGRE, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

SIMONE PILETTI VISCARRA

Trabalho de Conclusão de Curso

A importância do Capital Social para a compreensão do bem-estar dos moradores de  
Porto Alegre.

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
em Ciências Sociais na Universidade federal  
do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Marcello Baquero  
Jacome.

PORTO ALEGRE, DEZEMBRO 2010

## **Dedicatória**

Dedico o presente a minha mãe, Adiles Piletti, pelo apoio e confiança em mim depositados e ao meu companheiro, Ginter Braun, pelo carinho, compreensão e amizade.

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos aqueles que me ajudaram a concretizar esse trabalho:

Ao Prof. Dr. Marcello Baquero pela motivação, acolhimento, exemplo de ser humano e profissional;

A todos aqueles que trabalham na UFRGS para fazer desta Universidade um exemplo de ensino público de qualidade;

A minha Mãe que nunca me permitiu olhar para trás e enfrentou comigo todos os momentos de alegrias e dificuldades com compreensão e amizade;

E ao meu amigo e companheiro Ginter Braun, pelo amor, *paciência*, ajuda, noites sem dormir e pelo bom humor, indispensáveis para materialização deste trabalho.

Obrigado!

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho foi analisar a relação entre o conceito de capital social e seus indicadores, para a compreensão do bem-estar dos moradores da cidade de Porto Alegre/RS. A hipótese principal é que valores puramente econômicos não são suficientes para compreender a qualidade de vida de uma sociedade sendo, assim, necessário incluir variáveis subjetivas e avaliativas dos sujeitos ao debate. Para tal, este estudo empregou duas fontes de dados. A primeira, diz respeito às informações oficiais sobre o desenvolvimento socioeconômico do RS e a segunda aos dados empíricos de capital social e de bem-estar subjetivo, coletados pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (UFRGS) na cidade, no ano de 2005. O referencial teórico e metodológico utilizado segue a abordagem adotada pela Teoria Culturalista, que permite incorporar o conceito de capital social ao debate. Isto porque a definição de capital social empregada atribui valor às normas e sentimentos que as pessoas possuem acerca dos demais membros e instituições de sua sociedade.

**Palavras chaves:** Capital Social, bem-estar, desenvolvimento socioeconômico.

## Sumário

Resumo .....	5
I. Introdução.....	8
II. Quadro teórico .....	15
Capital Social, participação e qualidade de vida .....	15
Capital Social.....	15
Participação .....	21
Bem-estar subjetivo .....	23
Relação entre capital social, participação e bem-estar subjetivo.....	25
III. Porto Alegre como foco de análise.....	27
Capital social e participação .....	30
A relação entre dados de capital social e bem-estar .....	33
IV. Conclusões .....	38
V. Referências Bibliográficas.....	42
Apêndices .....	47
Apêndice A – O uso da análise fatorial .....	48
Apêndice B - Construção dos índices.....	49
Apêndice C- Construção do cálculo de efeitos totais do COREDEs .....	50

### **Índice de tabelas**

Tabela 1- Desenvolvimento socioeconômico no RS .....	28
Tabela 2- Qualidade de vida subjetiva (%) .....	29
Tabela 3- Índice de bem estar subjetivo (%) .....	29
Tabela 4- Índice de confiança interpessoal (%).....	31
Tabela 5- Porcentagem de pessoas que concordam com as seguintes afirmações (%)..	31
Tabela 6- Participação em ações comunitárias ou em organizações (% positiva) .....	32
Tabela 7- Efeitos totais .....	36

### **Índice de quadros**

Quadro 1- Indicadores utilizados.....	11
Quadro 2- Modelo de trajetória .....	35
Quadro 3- Modelo de trajetória calculado no COREDE Metropolitano .....	36

## **I. Introdução**

Este estudo tem como objetivo examinar a possível relação entre as variáveis indicativas de capital social, como confiança interpessoal, confiança institucional, participação e associativismo para a compreensão do sentimento de bem-estar das pessoas. Para tal, serão examinados os dados empíricos coletados e disponibilizados no ano de 2005 pelo Núcleo de Pesquisas sobre América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com o apoio do CNPq na cidade de Porto Alegre/RS<sup>1</sup>.

A análise posposta neste trabalho parte da premissa de que dados puramente econômicos nem sempre refletem o sentimento de bem estar das pessoas, sendo importante incorporar valores subjetivos e avaliativos dos cidadãos, como os presentes na teoria do capital social, para compreender sua qualidade de vida. Esse pressuposto deriva dos escritos dos autores Campbell, Converse e Rodger, que em 1976 passam a questionar a forma pela qual a mensuração da qualidade de vida dos cidadãos norte-americanos é operacionalizada, uma vez que a metodologia empregada não considerava dados subjetivos e avaliativos dos entrevistados.

Segundo os pesquisadores, o emprego de dimensões puramente econômicas não permite descrever o sentimento de bem-estar das pessoas na sua sociedade, pois esses dados levam em consideração apenas os aspectos materiais da vida diária dos sujeitos. Desse modo, Campbell, Converse e Rodger (1976) consideram essencial agregar variáveis psicológicas para complementar o debate sobre qualidade de vida e assim, complexificar e aprofundar as análises.

Com o objetivo de dar continuidade a essa linha de pesquisa, este estudo se estrutura dentro do marco teórico culturalista inicialmente formulado por Almond e

---

<sup>1</sup> Provenientes da pesquisa intitulada “Capital social, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, uma pesquisa comparada em três cidades Latino Americanas: Porto Alegre, Montevideu e Santiago do Chile”.

Verba na obra *The civic culture*, em 1963. Nessa obra, os autores defendem a importância de se conhecer aspectos culturais e comportamentais das sociedades para, assim, melhor compreender os processos sociais e políticos da mesma. O argumento desses autores parte do pressuposto que o ator social, seu comportamento e suas opiniões são significativos para o contexto social e político, uma vez que determinadas variáveis avaliativas e culturais influem na estabilidade política e democrática de uma região (ALMOND e VERBA, 1963). É dentro desse marco teórico que se compreende os conceitos de capital social, participação e qualidade de vida empregados neste estudo.

Com base no marco teórico culturalista desenvolvido por Almond e Verba, este estudo emprega a definição do conceito de capital social elaborada por Robert Putnam (1993). Na obra do autor, o conceito de capital social é estudado com base em indicadores de reciprocidade, confiança, associativismo e compartilhamento de normas e valores comuns entre membros da mesma sociedade. Para Putnam (1993), a existência de estoques positivos de confiança interpessoal e institucional em uma sociedade aumenta a eficiência do grupo social, facilitando a incidência participativa dos atores sociais na esfera política, social e econômica e, assim, podendo inclusive melhorar a qualidade de vida da população, pois incentiva a tomada de ações coletivas (Helliwell, 2007).

Em relação ao conceito de participação, pode-se dizer que este diz respeito ao cotidiano da coletividade humana em grupos e/ou atividades. Uma vez que o ato de participar parte da necessidade do indivíduo em associar-se com seus demais na busca de objetivos comuns. Considerando isto, como afirma Demo (1999), participar significa tornar-se parte, sentir-se incluído e pode ser visto em ações simples como conversar com amigos, ou em formas mais complexas, como por exemplo, votar em eleições, plebiscitos ou participar de partidos políticos. Todavia, para este trabalho serão apenas consideradas as avaliações que os entrevistados fazem sobre a importância da sua participação em ações coletivas e a sua participação ativa nessas atividades e/ou em organizações locais. O emprego desses indicadores permite tanto avaliar a existência de ações participativas, como também de estoques positivos de reciprocidade e associativismo.

No que tange o emprego do conceito de qualidade de vida, se propõe utilizá-lo de forma mais complexa do que aquela definida por trabalhos que apenas consideram

dados econômicos. Portanto, este trabalho utiliza a dimensão de bem estar subjetivo considerando os pressupostos elaborados por Bartolini, Bilancini e Sarracino (2009). Segundo os autores, a relação entre indicadores subjetivos, como os presentes na teoria do capital social, influencia nos sentimentos de bem estar das pessoas, principalmente na sua felicidade. Esse argumento é defendido com base nos resultados provenientes da pesquisa empírica conduzida pelos autores em doze países ao redor do mundo entre 1980 e 2000, que indicaram a experiência de uma relação explicativa entre a presença de capital social e a felicidade dos indivíduos em onze das regiões pesquisadas<sup>2</sup>( BARTOLINI, BILANCINI E SARRACINO, 2009).

Outro artigo que defende a complementaridade entre valores subjetivos de bem estar e indicadores de capital social para uma compreensão mais elaborada da qualidade de vida das pessoas é aquele escrito por Becchetti et alli (2009). Nesse trabalho, os autores justificam a relação de causa e efeito entre tais variáveis considerando a influência que bens não relacionais (*relational goods*) exercem nos sentimentos de felicidade e satisfação dos indivíduos, desse modo, contestando o emprego do indicador GDP (*Gross Domestic Product*) como único quesito para avaliação da qualidade de vida de uma sociedade. Adicionalmente à contribuição desses autores, a dimensão de qualidade de vida empregada neste estudo também considera os sentimentos de confiança e realização dos entrevistados na sociedade em que vivem.

Considerando a importância de se ir além de dados econômicos para avaliar e compreender a qualidade de vida de uma população, o Quadro 1 apresenta as questões selecionadas do questionário utilizado para a coleta dos dados empíricos.

---

<sup>2</sup> Segundo o autor, o único país que apresentou uma diminuição nos níveis de capital social no período de 1980-2000 foi a Grã-Bretanha.

### Quadro 1- Indicadores utilizados

Conceito	Indicadores	Questão	Respostas
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	Confiança interpessoal	Em termos gerais você diria que:	1-Se pode confiar nas pessoas 2- Não se pode confiar nas pessoas
		Em relação às instituições que vou ler (família e vizinhos), gostaria de saber se você confia:	1- Confia Muito 2- Confia pouco 3- Não confia
	Confiança Institucional	Em relação às instituições que vou ler (Governo Federal, Congresso Nacional, Assembléia Legislativa, Governo Estadual, Câmara Municipal, Governo Municipal), gostaria de saber se você confia:	1- Concorde 2- Concorde pouco 3- Não Concorde
		Opinião sobre as seguintes afirmações: Todos os políticos são corruptos; O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos;	1- Sim 2- Não
	Solidariedade	Se precisasse viajar por um ou dois dias você poderia contar com vizinhos para cuidar da sua casa e/ou filhos?	1- Sim 2- Não
		Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas do seu bairro, você contribuiria?	
Participação, Ação coletiva e cooperação	Nos últimos anos você tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas?	1- Sim 2- Não	
	Atualmente participa de algum grupo ou organização?		
<b>QUALIDADE DE VIDA</b>	Bem estar	Quanto ao/à Sr/a, como se sente hoje em nossa sociedade?	Feliz/ Infeliz Satisfeito/ Insatisfeito Realizado/ Frustrado Confiante/ Inseguro

Fonte: Questionário da pesquisa sobre Capital Social, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável (NUPESAL 2005).

As questões apresentadas no Quadro 1 foram selecionadas com base no suporte teórico utilizado neste trabalho, que defendem o emprego de questões de caráter avaliativo, cognitivo e comportamental dos respondentes para compreensão do seu bem estar, capital social e participação. Consequentemente, permitindo comparar a opinião das pessoas com sua ação efetiva.

Conforme observado no Quadro 1, em relação ao conceito de capital social, empregou-se indicadores de confiança interpessoal, confiança institucional e presença de sentimentos de solidariedade e participação entre os sujeitos. Dessa forma, realizando-se uma análise mais complexa e detalhada, pois tais indicadores possibilitam avaliar e descrever a relação dos indivíduos com as esferas sociais e políticas que

compõem sua vida diária, assim como a percepção dos respondentes sobre aspectos tangíveis e não tangíveis de suas vidas.

No que diz respeito à qualidade de vida dos entrevistados, foram considerados os sentimentos de felicidade, satisfação, confiança e realização desses em relação à sociedade em que vivem. O emprego desses indicadores constitui a dimensão de bem-estar subjetivo de forma metodológica similar à elaborada por Campbell, Converse e Rodger (1976), que consiste em fazer o entrevistado se posicionar entre questões antagônicas.

Adicionalmente à utilização dos dados empíricos fornecidos pelo Nuposal, foram analisadas as informações socioeconômicas disponibilizadas pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul entre os anos de 2004 a 2006. A metodologia empregada nesses relatórios considera quatro blocos de avaliação, saúde, educação, moradia e renda, cujos indicadores compõem o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Estado (IDESE). O relatório da Fundação apresenta seus dados respeitando a separação territorial do RS de acordo com seus 27 Coredes<sup>3</sup>. Entretanto, este estudo irá analisar apenas os dados referentes à região do Corede Metropolitana Delta do Jacuí, onde se localiza a capital do estado.

O emprego dessas duas fontes de informação, NUPESAL e FEE, tem por objetivo comparar como os econômicos oficiais descrevem a Região estudada e como os dados subjetivos de bem-estar dos moradores avaliam este bem-estar. Assim, permitindo observar possíveis diferenças e similitudes entre eles, não tendo como objetivo questionar ou diminuir a importância de alguma dessas fontes de dados, mas enfatizar a complementaridade entre elas. Essa comparação entre os dados empíricos coletados pelos *surveys* utilizados (NUPESAL 2005, 2006) e aqueles disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística do RS é o ponto chave que distingue este trabalho dos demais realizados no Estado, pois reconhece a importância da subjetividade avaliativa dos atores sociais para a compreensão do seu bem-estar, da mesma forma que aprofunda as análises sobre os dados agregados da FEE.

Com base no emprego dessas duas fontes de informação e do referencial teórico empregado, os objetivos deste estudo são: i) analisar se existe diferença entre como os dados da FEE avaliam a região em termos sócio-econômicos e como os moradores da

---

<sup>3</sup> Para maiores detalhes ver: PORTAL dos COREDES do RS. Disponibilizado em: <<http://www.nidus.org.br/COREDEsrs>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

região avaliam seu bem-estar; ii) investigar e compreender a influência dos indicadores de capital social e a participação no sentimento de bem-estar dos entrevistados; iii) desenhar e calcular um modelo de trajetória, por meio da técnica de *path analysis*, para observar, ou não, se a presença de estoques de capital social e participação contribuem para a compreensão do sentimento de bem-estar das pessoas.

Com isso, o objetivo principal que norteia a análise é o de verificar a existência de relação entre as variáveis de capital social e a dimensão de bem-estar subjetivo das pessoas, averiguando se os níveis de desenvolvimento socioeconômico, como abordados pela FEE, permitem uma mensuração detalhada sobre a qualidade de vida dos moradores da região estudada.

As hipóteses que norteiam a construção do trabalho são duas: i) as confianças interpessoal e institucional, e a presença de solidariedade, reciprocidade e participação impactam no sentimento de bem-estar das pessoas; ii) existe complementaridade entre dados econômicos e dados subjetivos de bem-estar para a compreensão da qualidade de vida dos sujeitos.

Com base nos objetivos, nas hipóteses e nos dados disponibilizados para este estudo, optou-se pelo emprego de uma metodologia quantitativa. A principal técnica empregada para a análise dos dados empíricos e teste das hipóteses foi a de análise de trajetória, ou *path analysis* em inglês, que foi aplicada seguindo as diretrizes de Bryman e Cramer (2005). A escolha dessa técnica se deve ao fato de ela permitir verificar a existência de correlação entre as variáveis escolhidas e conforme o modelo teórico utilizado, pois proporciona estimativas quantitativas sobre as conexões entre as variáveis empíricas selecionadas<sup>4</sup> por meio de diversos caminhos (BRYMAN e CRAMER, 2005).

Este estudo será composto por três capítulos. O primeiro, de caráter introdutório, em que é contextualizado o problema de pesquisa, o tema, a justificativa, as hipóteses, objetivos e a metodologia empregada. O segundo, que descreve o arcabouço teórico utilizado e a definição dos conceitos. O terceiro, de caráter analítico, que inicia fazendo

---

<sup>4</sup> As variáveis do quadro um foram definidas da seguinte forma: i) variáveis exógenas: são aquelas que não sofrem influência das outras variáveis presentes nesse modelo: confiança interpessoal e confiança institucional; ii) variáveis intervenientes: são aquelas que se localizam entre as variáveis exógenas e a dependente, e podem reforçar ou não a correlação entre as mesmas, sendo elas: solidariedade e participação em grupos ou associações; iii) variáveis endógenas: correspondem àquelas que podem ser determinadas pelas relações estabelecidas pelos grupos anteriormente descritos: dimensão de bem estar, que é composta pelas variáveis de felicidade, satisfação, realização e confiança.

uma comparação entre os dados disponibilizados pela FEE e aqueles disponibilizados pelo Nupesal, e posteriormente, apresenta o diagrama proposto para o teste de hipóteses (*path analysis*) e os resultados. Por último, o quarto capítulo apresenta as considerações finais, as contribuições e os limites deste trabalho para os futuros estudos de capital social e qualidade de vida.

## **II. Quadro teórico**

### **Capital Social, participação e qualidade de vida**

Este capítulo tem como objetivo explicitar os conceitos de capital social, participação e bem-estar empregados no estudo. A definição desses conceitos foi delimitada com base na corrente teórica culturalista que defende os atores sociais, suas relações e opiniões como foco de análise, diferentemente da visão institucionalista que sobrepõe aspectos institucionais e procedimentais em detrimento dos culturais. O primeiro conceito analisado neste capítulo será o de capital social, seguido pelo conceito de participação e por último, a dimensão de bem-estar.

#### **Capital Social**

Segundo Farr (2004) e Putnam (2001), o conceito de capital social apareceu por escrito pela primeira vez nos textos da educadora Lyda Hanifan<sup>5</sup>, em 1916 (FARR, 2004 e PUTNAM, 2001). O objetivo da educadora era aplicar o conceito de capital social como variável positiva no combate aos inconvenientes sociais e na solução das dificuldades causadas pelo aumento populacional em zonas rurais. Lyda Hanifan o vinculava a um conjunto de elementos tangíveis à vida cotidiana dos indivíduos, como: boa vontade, camaradagem e simpatia que, segundo ela, quando presentes, auxiliavam no alcance de objetivos comuns, sociais e econômicos, dos membros de uma comunidade (HANIFAN, 1916 apud FARR, 2004).

Após o trabalho de Hanifan, Putnam (2001) e Farr (2004) afirma-se que o conceito volta a aparecer apenas no ano de 1961 com a analista social Jane Jacobs na obra *The Death and Life of Great American Cities* (1961). Com a preocupação de explicar a estagnação e o dinamismo de certas cidades norte-americanas, Jacobs afirmava que o

---

<sup>5</sup> Educadora de uma região rural dos Estados Unidos que buscava encontrar soluções para os problemas que estavam surgindo em virtude da forte migração urbana (Farr, 2004).

motivo dessas diferenças estava na forma em que eram estabelecidas as relações sociais entre os membros dessas localidades. Nesse estudo, a autora relaciona o capital social às características de horizontalidade e voluntarismo nas relações sociais, que segundo ela auxiliavam na promoção de mobilizações sociais e, também, no alcance de objetivos coletivos.

É a partir do período posterior à obra de Jacobs que se observa a intensificação de estudos acadêmicos acerca da aplicação do conceito, que nos anos de 1980 adquire respaldo internacional por parte dos meios de comunicação, instituições políticas e atores sociais, principalmente junto à teoria culturalista de Almond e Verba (1963).

A intensificação da utilização do conceito de capital social nos anos de 1970-1980 se deve a dois fatores principais: i) como uma alternativa ao individualismo criado após o Consenso de Washington; e, ii) devido à emergência da teoria culturalista desenvolvida por Almond e Verba em 1963. Em relação ao primeiro fator, Higgins (2005) enfatiza que as políticas elaboradas pelo Consenso de Washington (no final da década de 1980 e início da década de 1990) não atingiram seus objetivos de promover e incentivar medidas que estimulassem um desenvolvimento justo e equitativo. Em relação ao segundo ponto, Higgins (2005) argumenta que a teoria culturalista se destaca por reconhecer valores avaliativos e subjetivos dos atores sociais como importantes para a compreensão de sistemas políticos e das relações sociais. Dessa forma, atribuindo importância à definição do capital social como um conceito que considera variáveis de confiança, solidariedade, participação e associativismo como significativas para que as pessoas estabeleçam redes sociais duradouras.

Também com o objetivo de explicar a disseminação do conceito, Norton (2000) apresenta duas explicações principais: i) a primeira relacionada ao liberalismo econômico, ou de mercado, que defende a ideia de um mercado livre no tocante aos serviços básicos e essenciais, permitindo à sociedade civil e às entidades particulares atuarem em pontos que anteriormente eram exclusividade e obrigatoriedade do Estado; e ii) do aparecimento de ações comunitárias, ou coletivas, que facilitam a superação do individualismo dos cidadãos, agregando ao interesse desses indivíduos o sentimento de detenção de direitos e responsabilidades, facilitando ações coletivas. Portanto, incentivando estudos que considerassem os agentes sociais como o foco da análise para que adquirissem maior espaço em pesquisas acadêmicas, nas organizações internacionais, instituições políticas e nos meios de comunicação (Norton, 2000).

Dentre os autores clássicos que fornecem subsídios para a definição do conceito de capital social se destaca o sociólogo Mark Granovetter, na década de 1970. Apesar dos estudos desse autor não fazerem referência literal ao conceito de capital social, seus trabalhos fornecem subsídios para a definição e proeminência do conceito anos mais tarde. Uma das principais contribuições de Granovetter (1973) é sua crítica às visões de mundo nas quais os indivíduos são considerados seres atomizados ou incapazes de reconhecer as suas interações e ações sociais como importantes para a esfera econômica. Para o autor, as relações sociais devem ser entendidas como fatores que incidem na esfera econômica e nas instituições, uma vez que o enraizamento social das pessoas está vinculado diretamente às atividades econômicas da população, não podendo ser a economia e o contexto social de uma localidade analisados de forma separada.

Granovetter (1973) defende seu posicionamento empregando o conceito de *embeddedness*<sup>6</sup>, que propõe uma visão otimista do ator social. Esse conceito é sustentado pelo autor com base em duas premissas: i) geração da confiança como um produto das relações sociais; ii) a consideração de que essa (confiança) é necessária, mas não suficiente, para a promoção de melhoria em uma sociedade, uma vez que as pessoas podem se apropriar dessa característica de forma negativa. De acordo com as palavras de Granovetter (1973), a significância atribuída às ações sociais baseadas na confiança esclarecem as circunstâncias pelas quais o comportamento econômico pode ser modelado, assim reconhecendo as ações sociais como parte do sistema econômico.

No campo sociológico, ainda na mesma década, o primeiro autor a empregar o conceito de capital social foi Pierre Bourdieu (1979) quando ele descreve a existência de várias formas de capitais: econômico, cultural, simbólico e social. Na visão do autor, o acúmulo de capital, seja social, cultural, simbólico ou econômico, permite que no futuro os sujeitos detentores de algum “capital” obtenham maiores vantagens via imposição, legitimação ou hierarquia (BOURDIEU, 1986). Segundo o autor, as relações sociais se estruturam na lógica de hierarquia social, na qual o capital funciona como uma *quase-propriedade* do indivíduo e auxiliando as pessoas a obter maior êxito na competição social (Bourdieu, 1980, 1992).

Outra contribuição, ainda no campo sociológico, provém dos escritos de James Coleman, que define a existência de três formas de capital: humano, físico e social

---

<sup>6</sup> Em português pode ser traduzido como *enraizamento cultural, inclusividade ou encapsulamento*.

(COLEMAN, 1990). Para o autor, o capital social remete a uma lógica estrutural da vida coletiva que facilita aos indivíduos alcançar objetivos comuns mais facilmente. Isso ocorre por meio da existência de normas e redes sociais que incentivam o cumprimento de obrigações, aumentando as expectativas, a confiabilidade e senso de reciprocidade entre as pessoas e, assim, facilitando a tomada de ações coletivas (COLEMAN, 1988, 1990). Diferentemente de Granovetter, Coleman trabalha o conceito de capital social como um valor individual do ser humano pois, segundo ele, as pessoas agem em decorrência de uma racionalidade que busca antes de tudo atingir objetivos pessoais e vantagens futuras. Com isso, é possível observar que o autor possui uma ótica individualista do conceito, próxima à proposta apresentada por Bourdieu.

Todavia é na Ciência Política, com Robert Putnam, na obra “Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna”(1993) que o conceito adquire sua definição mais proeminente. Nesse estudo, o autor apresenta os resultados obtidos da sua pesquisa no território italiano na década de 1970. Entre os resultados encontrados, o autor destaca a constatação da existência de uma "comunidade cívica" vinculada ao potencial de apoio das pessoas da localidade, observada em ações coletivas baseadas na confiança interpessoal e, assim, na reciprocidade e na participação cívica.

Com base nas suas análises, durante essa pesquisa, Putnam afirma ser o capital social e seus indicadores a chave para a ação coletiva dentro de uma lógica não individualista do ator social, diferente da visão de Coleman e Bourdieu. Para ele, a existência de estoques positivos de capital, confiança, reciprocidade e normas compartilhadas, servem de reguladores do convívio social, pois facilitam a organização social, o estabelecimento de laços horizontais, organizações verticais em contextos coletivos e então, incidindo diretamente na cultura política de uma sociedade (PUTNAM, 1993).

Nessa pesquisa tipo *survey*, o autor mensurou a existência de estoques de capital social por meio de três variáveis principais: i) comunidade cívica, composta pelos indicadores de densidade informacional (leitura de jornais e conhecimento de associações culturais) e de comportamento político dos cidadãos (preferência do voto e o comparecimento em referendos); ii) desempenho institucional das regiões; e iii) satisfação dos cidadãos em relação ao governo regional (PUTNAM e HELLIWELL, 1999).

Os anos que seguiram a década de 1970 também foram caracterizados por uma forte disseminação do conceito no mundo acadêmico<sup>7</sup>. Como pode ser visto nos escritos de Fukuyama (1996), o autor dá continuidade ao emprego do capital social e seus indicadores como um conjunto de valores ou normas que, quando compartilhados por membros da mesma sociedade, incentivam a cooperação e o alcance de objetivos comuns, próximo aos moldes de Putnam (1993, 2000). Para Fukuyama (1996), a presença desses fatores contribui para melhorar a eficiência econômica das sociedades, assim como a relação entre cidadãos e instituições sem anular a importância de leis, contratos e de uma racionalidade econômica por meio do emprego do conceito de *sociabilidade espontânea*, cuja definição está enraizada nos princípios anteriormente citados e na presença da coerção moral, física ou compensatória, como a prática do ostracismo social (DASGUPTA, 2000; FUKUYAMA, 1996).

Nessa mesma época, outra obra de destaque sobre capital social é aquela organizada por Krishna (1999), intitulada *Social Capital, A Multifaceted Perspective*. O conjunto de artigos que compõem a publicação relaciona o conceito à esfera econômica e defende a relação causal entre eles. De maneira geral, os debates travados na obra de Krishna (1999) enfatizam a importância do contexto social para o melhoramento da esfera econômica por meio de redes de relacionamento. Assim, dando continuidade aos estudos que já consideravam o capital social como um recurso que facilita as ações coletivas baseadas na “confiança” no sistema social, no fluxo de informações e nas estruturas e normas sociais (SOLOW, 1999).

Dentre os artigos, destacam-se aqueles escritos por Solow (1999) e Serageldin e Grootaert (1999), que defendem a aplicação do capital social como forma de interação entre economia e formas de comportamento humano baseadas na confiança. Nesses artigos, os autores reafirmam parte do pressuposto escrito por pesquisadores como Putnam, e defendem que instituições horizontais e hábitos de solidariedade contribuem para o melhoramento da sociedade.

Em relação à existência de estoques de capital social e seus efeitos, Krishna (1999) afirma que esses podem ser promovidos tanto de forma institucional quanto relacional. Segundo Uphoff (1999), nesta mesma obra, os estoques de capital social englobam tanto uma dimensão estrutural ou instrumental, quanto uma dimensão cognitiva ou normativa. Nas palavras do autor, o primeiro elemento, estrutural ou

---

<sup>7</sup> Ver Monastério 2002 e Higgins, 2005, p. 55.

instrumental, está relacionado à existência de uma organização prévia, de lideranças, de conhecimento organizacional e operacional, pressupostos que tornam as ações dos indivíduos mais efetivas. O segundo elemento, relacional ou cognitivo, ocorre de maneira nata, baseado em ideias ou crenças que, reforçadas pela cultura, ideologia, normas ou valores, contribuem para a cooperação das pessoas. Para Krishna, essas duas formas de promover a edificação de estoques de capital social são difíceis de serem observadas em seu estado puro na realidade, pois são complementares, seja a partir de organizações formais ou informais.

Outro artigo que fortalece tal dimensão é escrito por Stiglitz (1999) quando ele afirma ser o capital social um conhecimento tácito, que produz: i) coesão social; ii) redes de relacionamento; iii) redução dos custos de transação e produção; e iv) aspectos organizacionais que facilitam a administração, o comando, as práticas laborais, a resolução de conflitos e as formas de comércio que afetam o desenvolvimento (STIGLITZ, 1999 e OSTROM, 1999). A visão desse autor pode ser complementada pelos trabalhos realizados por Durston (2006), para quem as relações sociais são promovidas com base em características compartilhadas de confiança, reciprocidade e cooperação, que proporcionam benefícios a todos os cidadãos relacionados. Na sua definição de capital social, Durston (2006) introduz a ideia de operacionalidade ao conceito, que quando presente positivamente em uma sociedade, conhecido como *capital social comunitário*, funciona como ferramenta de combate à pobreza e à exclusão política e social, pois estimula a busca pelo bem-estar coletivo via cooperação (DURSTON,1999).

Como pode ser observado neste capítulo, o referencial teórico deste trabalho emprega o conceito de capital social e seus indicadores como variáveis importantes tanto para a promoção de melhorias econômicas e sociais quanto para uma melhor compreensão da cultura política e das relações sociais. Destacam-se entre as principais contribuições dos estudiosos examinados: i) a verificação empírica que estoques positivos de capital social corroboram para a melhoria política, social e econômica de diferentes sociedades; ii) o conceito de operacionalidade de Durston; iii) a perspectiva que defende uma visão na qual os sentimentos que as pessoas nutrem sobre as instituições políticas e demais membros da sociedade são significativas para sua vida. Para este trabalho se emprega conceito de maneira diferente da ótica estrutural

hierárquica de Bourdieu (1980), mas reconhecendo os valores subjetivos dos atores sociais como um instrumento facilitador de ações coletivas.

Completando o referencial teórico do estudo, a próxima seção define o conceito de participação, também indicativa de capital social.

### **Participação**

O conceito de participação tem origens bastante antigas, tendo sido empregado pela primeira vez pela filosofia e mais tarde pela ciência política, como parte fundamental de qualquer sistema democrático (Richardson, 1983). De acordo com Richardson (1983), o termo participação diz respeito ao ato de “fazer parte” e/ou “se envolver” em ações relacionadas à forma como os membros de uma sociedade se tornam presentes na formulação e/ou implementação das decisões políticas públicas. Em outras palavras, participar quer dizer interagir com outras pessoas na expectativa de atingir algum resultado ou fazer parte de uma decisão. Para Richardson (1983), fazer parte de atividades coletivas é um ato natural do ser humano, sendo importante distinguir e descrever as formas de participação existentes para poder compreender as relações sociais e políticas.

Segundo Bobbio (2002), a terminologia corrente na ciência política sobre o conceito de participação é usada para designar um amplo conjunto de ações relacionadas à esfera política, sendo difícil atribuir uma definição única e inequívoca ao termo. Objetivando delimitar seu emprego, Bobbio (2002) argumenta que há pelo menos três formas de participação: i) de *presença*, relacionanda à forma menos intensa e caracterizada por comportamentos essencialmente receptivos e passivos dos indivíduos; ii) de *ativação*, em que o sujeito desenvolve, dentro ou fora de uma organização, uma série de atividades que lhe são designadas; e iii) de *participação ativa*, reservada há situações em que o indivíduos contribuem de maneira direta ou indireta para uma ação ou decisão.

Considerando esses argumentos, o conceito de participação empregado neste estudo diz respeito apenas a ações que causam algum impacto direto no grupo social em que o participante está inserido. Para tal, os indicadores empíricos, utilizados neste estudo para mensuração dos níveis de participação dos respondentes, remetem à existência de coesão social e reciprocidade na população. Dessa forma, o estudo

emprega o conceito de participação, e seus indicadores empíricos na sua dimensão real, empregando questões avaliativas e comportamentais sobre o assunto.

De acordo com Allebrandt (2002), o ato de participar integra direta ou indiretamente o cotidiano dos seres humanos, pois diariamente os mesmos são confrontados a participar de grupos e/ou atividades. Para o autor, a presença de ações participativas revela a necessidade que o indivíduo possui de associar-se com seus iguais na busca de objetivos e resoluções coletivas, que provavelmente seriam demasiadamente custosas ou inatingíveis caso realizadas sozinhas. Para Merlucci (2001), a ação coletiva dos atores sociais permite o alargamento dos processos de aprendizagem, socialização e comunicação. Processos que aumentam a potencialidade dos indivíduos, pois influenciam na sua capacidade de ação, na sua identidade de grupo e nas relações sociais por eles estabelecidas.

Em continuidade ao pensamento de Merlucci, Guerra (2001) afirma que o ato de participar em ações que envolvem outros atores sociais permite aos participantes se reconhecerem e reconhecer seus interesses na esfera pública, assim como o reconhecimento “do outro” e seus interesses. Adicionalmente, a autora complementa que o ato de participar também aumenta a legitimação de um sistema político por meio da ação entre os envolvidos (GUERRA, 2001).

Em relação à maior presença de ações participativas em uma sociedade, Baquero (2003) propõe que esta auxilia a evitar o aumento da fragmentação social, assim como promove a legitimidade dos sistemas políticos, pois permite conhecer como os cidadãos interagem com sua realidade social, econômica e política, que pautada na teoria da cultura política, é fortificada quando existem estoques positivos de confiança e participação (BAQUERO, 2003).

Considerando tais argumentos e a diversidade de ações que podem fazer parte do conceito de participação, que vão desde formas simples como o ato de conversar com amigos, até formas mais complexas como participar de partidos políticos ou movimentos sociais, este trabalho compreende a participação como composta por três modelos: i) formal ou convencional, como votar em eleições; ii) não-convencional, que engloba meios extra-institucionais; iii) comunitária, presente em níveis locais (ALVES e VISCARRA, 2005, p.170). Esses modelos de participação dizem respeito à forma na qual as pessoas e as instituições se estruturam para ampliar a comunicação entre Estado e sociedade, permitindo à população interagir e/ou alterar a realidade em que vivem,

revelando a necessidade que os indivíduos possuem de alcançar objetivos que, na sua maioria, não seriam atingidos de maneira isolada (CREMONESE, 2006, p. 266).

Desse modo, a definição do conceito de participação deste trabalho considera não apenas a importância que os respondentes atribuem a sua participação em uma ação coletiva ou local, mas também como eles agem quando se deparam frente a essa oportunidade. O objetivo de confrontar essas duas dimensões é analisar se existe diferença em como as pessoas avaliam a importância da sua participação e como elas agem atitudinalmente quando confrontadas com essa oportunidade, uma vez que a avaliação subjetiva das pessoas sobre o tema pode ser diferente da sua ação prática.

A próxima sessão do trabalho se dedica a apresentar como a dimensão de bem-estar subjetivo é concebida neste estudo.

### **Bem-estar subjetivo**

O posicionamento em favor da incorporação de dados subjetivos para mensuração da qualidade de vida foi oficialmente defendido no ano de 1964 quando então o presidente norte-americano Lyndon Johnson afirmou que para se medir o alcance de “objetivos” é preciso ir além dos dados apresentados pelas instituições bancárias (referindo-se a dados estritamente econômicos) e considerar aspectos como as avaliações que os cidadãos fazem desses “objetivos”. Portanto, valorizando e empregando parâmetros mais complexos e que compreendem as necessidades dos indivíduos de maneira mais ampla, considerando aspectos materiais, relações sociais e bem-estar (JANNUZZI, 2004, p. 19 apud FRANKEN, 2007).

Em âmbito acadêmico, a importância de variáveis subjetivas de bem-estar já era defendida na década de 1976, por autores como Campbell, Converse e Rodger (1976). Esses pesquisadores estudavam a relação entre as condições econômicas e o estado psicológico dos indivíduos dentro do pressuposto que as avaliações que as pessoas fazem de sua vida diária servem como complemento para as análises a respeito da sua qualidade de vida, assim, tomando o indivíduo como foco de estudo. Para eles, o sentimento de satisfação das pessoas pode ser usado como sinônimo das diferenças entre o que elas possuem e aquilo que elas almejam, enquanto que a sensação de felicidade dos indivíduos se associa não só a valores materiais mas também a acontecimentos que impactam na sua vida como, por exemplo, crises econômicas, escândalos políticos e violência. Consequentemente, aparecem os sentimentos de

felicidade e satisfação como aspectos complementares à dimensão econômica, pois indicam como as pessoas veem sua vida e avaliam a sociedade em que moram.

Outro autor que defende a incorporação de valores subjetivos para mensuração da qualidade de vida e bem-estar, em detrimento de uma lógica estritamente economicista e instrumental, é Schwartzman<sup>8</sup> (1993). Segundo ele, a importância dos valores subjetivos e avaliativos dos indivíduos se deve ao fato de o sistema econômico precisar crescer com os olhos voltados para a questão social, em que a qualidade de vida implique em uma noção clara e explícita das necessidades dos cidadãos, uma vez que a definição da dimensão de bem-estar subjetivo tem como base a incorporação de questões que avaliam a percepção dos sujeitos sociais sobre seu mundo cotidiano nas pesquisas sobre qualidade de vida (MAYRAZ, WAGNER, SCHUPP, 2009). Dimensão que deriva da filosofia utilitarista do século XVIII, e que ganha evidência nos séculos XX e XXI, cujo objetivo é “encontrar caminhos de promoção da felicidade de cada indivíduo” (BAQUERO, 2007, p. 163).

Defendendo esse posicionamento, Sen e Nussbaum (1988) argumentam que dados de avaliação subjetiva de bem-estar incluem todas as esferas que compõem a vida cotidiana do indivíduo quando realizada por meio das dimensões de felicidade e satisfação, que Baquero (2007) complementa incorporando as variáveis de confiança e realização das pessoas com sua sociedade. O emprego dessas quatro variáveis (felicidade, satisfação, confiança e realização) amplia a concepção de qualidade de vida agregando valores subjetivos de bem-estar dos cidadãos (HERCULANO, 2000).

Em artigo recente, outro autor que defende a inclusão desses valores subjetivos para compreensão da qualidade de vida em seus trabalhos é Giannetti (2002). Para o autor, a mensuração da qualidade de vida precisa estar compreendida não só em um composto de variáveis que compõem a dimensão de bem-estar subjetivo dos sujeitos sociais como também de dados instrumentais coletados por organismos oficiais, conforme realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006).

A relação de complementaridade entre dados econômicos e subjetivos também é destacada nos escritos de Minayo (2000), que relaciona a satisfação das pessoas com as

---

<sup>8</sup> Ver Schwartzman em “Desenvolvimento social e qualidade de vida: algumas perspectivas de pesquisa.” Texto preparado para o “Seminário sobre Política de Desenvolvimento Social”, Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública, 3 a 5 de setembro de 1973. Publicado em *Revista de Ciências Sociais* (Fortaleza) v. 5, n. 2, 1974. p. 101-111.

condições mais primárias e fundamentais da vida humana, que podem ser divididas em dois grupos:

i) **Objetivas:** que dizem respeito à sensação de satisfação em relação às necessidades mais básicas da sociedade, como bens materiais a serem consumidos, saneamento básico, moradia, trabalho, transporte, educação, saúde, emprego e lazer (MARQUES, 2007).

ii) **Subjetivas:** relacionadas a fatores físicos, psicológicos, sociais, espirituais, geralmente avaliadas por meio de valores emocionais e da expectativa dos sujeitos em relação à sua realização individual e coletiva (MARQUES, 2007; PILATTI, 2007).

Considerando os argumentos destacados nos parágrafos anteriores se torna possível empregar a dimensão de bem-estar subjetiva como a variável endógena do estudo. Pois conforme é compreendido por Baquero (2007), o conceito de bem-estar empregado diz respeito a aspectos subjetivos que podem ser traduzidos pelos sentimentos de felicidade, confiança, satisfação e realização, cujo emprego possibilita estabelecer um vínculo entre estes e os indicadores de capital social, conforme o modelo utilizado por Campbell, Converse e Rodger em 1976.

Em outras palavras, o conceito de bem-estar subjetivo neste estudo diz respeito à relação saudável entre os cidadãos, instituições e demais esferas que constituem a vida diária das pessoas. Assim, incluir confiança interpessoal e institucional como variáveis independentes na relação entre capital social e bem-estar se torna profícuo, pois estas influenciam na forma como as pessoas estruturam suas relações e auxiliam na potencialização de ações que intensificam o sentimento de felicidade e/ou satisfação entre os sujeitos, seja como variável causal ou explicativa para o bem-estar das pessoas (HELLIWELL, 2004).

### **Relação entre capital social, participação e bem-estar subjetivo.**

A relação entre variáveis de capital social e bem-estar já foi objeto de estudo de diversos trabalhos, dentre eles o desenvolvido por Putnam e Helliwell (2004). No estudo realizado por esses autores é evidenciada empiricamente<sup>9</sup> a relação positiva entre a presença de relações interpessoais com os sentimentos de bem-estar, bem como a

---

<sup>9</sup> Com base nos dados disponibilizados pelo *World Values Survey*

existência de causalidade positiva entre renda, estabilidade no trabalho, família, amigos, romances, saúde, confiança interpessoal e a existência de uma atmosfera comunitária e de bem estar. Em outras palavras, os dados empregados pelos autores mostraram que fatores não materiais, como os de capital social positivo, podem explicar um maior grau de satisfação e felicidade entre as pessoas (HELLIWELL; PUTNAM, 2004).

Propriamente sobre os níveis de participação de uma sociedade, os autores argumentam que quanto mais presentes essas ações forem, maiores as chances de as pessoas estarem satisfeitas em relação a suas vidas. E com isso, ampliando as possibilidades de, em lugares com maior conexão entre os cidadãos, via confiança, reciprocidade e associativismo, existir maiores índices de avaliações positivas de bem-estar, inclusive entre aqueles que não participam ativamente em redes sociais (HELLIWELL; PUTNAM, 2004).

Com base nesse cenário, o próximo capítulo do estudo apresenta as análises e os resultados obtidos com base nos dados empíricos empregados, cujo objetivo é verificar, ou não, a possível relação entre indicadores de capital social e bem-estar entre os moradores de Porto Alegre/RS.

### **III. Porto Alegre como foco de análise**

Este capítulo tem como objetivo descrever e caracterizar, por meio de dados analíticos (NUPESAL, 2005) e econômicos, a qualidade de vida e o bem-estar dos moradores da cidade de Porto Alegre/RS (FEE, 2004-2006). Para tal, inicialmente serão analisados os dados publicados nos relatórios socioeconômicos da Fundação de Economia e Estatística do RS no período de 2000 a 2006.

Os relatórios dessa Instituição são compostos por quatro blocos avaliativos<sup>10</sup>: educação, renda, saúde e saneamento/domicílios e são elaborados respeitando a divisão territorial do Estado conforme seus Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). Todavia, a construção deste estudo leva em conta apenas os dados que dizem respeito ao COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, onde se localiza a capital gaúcha.

Discorrendo sobre as informações publicadas pela FEE sobre essa localidade, se observa que a região estudada possui os níveis mais altos de desenvolvimento social e econômico do RS (IDESE) durante os anos estudados. Portanto, descrevendo um cenário que induz à existência de uma maior sensação de bem-estar entre os moradores da localidade, como pode ser observado na tabela a seguir.

---

<sup>10</sup> Os dados coletados por cada indicador utilizado são transformados em índice onde o resultado varia de zero (0), que representa um desenvolvimento nulo, a um (1), que classifica a localidade como totalmente desenvolvida.

**Tabela 1- Desenvolvimento socioeconômico no RS**

		Metropolitano	
IDESE	2004	2°	0,793
	2005	2°	0,803
	2006	1°	0,804
Educação	2004	8°	0,859
	2005	6°	0,858
	2006	6°	0,859
Renda	2004	5°	0,791
	2005	2°	0,826
	2006	2°	0,83
Saneamento e Domicílios	2004	2°	0,681
	2005	2°	0,682
	2006	2°	0,683
Saúde	2004	19°	0,84
	2005	17°	0,849
	2006	17°	0,844

Fonte: FEE 2004-2006.

Conforme as informações contidas na Tabela 1, de modo geral, pode-se dizer que a qualidade de vida na região Metropolitana é a mais elevada do RS nos anos de 2004 a 2006, principalmente quando consideradas as variáveis de saneamento e renda. Todavia, defender tal afirmação apenas com base em dados econômicos, sem levar em consideração os julgamentos das pessoas que ali vivem sobre seu bem-estar, pode resultar em uma análise incompleta ou superficial. Assim, conforme debatido no capítulo teórico deste estudo, se faz necessário estabelecer uma comparação entre esses dados e aqueles que avaliam o bem-estar das pessoas com base nos sentimentos de bem-estar delas próprias.

As próximas tabelas descrevem por, meio de dados empíricos de felicidade, satisfação, realização e confiança, a qualidade de vida dos respondentes. A tabela 2 descreve como os respondentes avaliam seu bem-estar com base nesses sentimentos.

**Tabela 2- Qualidade de vida subjetiva (%)<sup>11</sup>**

	<b>Metropolitano</b>
Feliz	66,9
Satisfeito	46,4
Realizado	47,3
Confiante	45

Fonte: Nuposal 2005-2006.

\*n: C. Metropolitano 500.

Conforme as frequências observadas na Tabela 2 é possível afirmar que dentre os sentimentos avaliados pelos respondentes em relação à sociedade em que vivem, apenas o de felicidade resultou em uma porcentagem positiva válida superior a 50%. Em relação aos demais pontos analisados, observa-se que mantiveram uma média de 46%.

Tais frequências indicam a existência de um cenário relativamente positivo, pois 60% dos respondentes encontra-se feliz, e quase a metade confiante, satisfeito e realizado com a sociedade em que vivem. Contudo, considerar apenas essa leitura para caracterizar a forma como os entrevistados avaliam seu bem-estar pode indicar uma situação diferente da realidade. Para não criar uma descrição falha do cenário investigado, optou-se por sintetizar tais dados dentro de uma única dimensão, que compõe o índice de bem-estar<sup>12</sup>. A Tabela 3 apresenta os resultados:

**Tabela 3- Índice de bem estar subjetivo (%)**

	<b>Metropolitano</b>
Alto	25,1
Médio	13,4
Baixo	61,5

Fonte: Nuposal 2005, 2006.

n: C. Metropolitano 500.

Os resultados obtidos na construção do índice de bem-estar subjetivo apresentados na Tabela 3 descrevem um cenário um pouco diferente daquele visto

<sup>11</sup> A questão original é: Quanto ao/à Sr/a, como se sente hoje em nossa sociedade: feliz/ infeliz; satisfeito/ insatisfeito; realizado/ frustrado; confiante/inseguro.

<sup>12</sup> Antes da criação do índice foi realizada uma análise fatorial que indicou a possibilidade de agregar as quatro questões de bem estar subjetivo em um único fator (apêndice A), uma vez que teoricamente esses já estão relacionados. Constatada a possibilidade, atribuiu-se valor positivo um (1), às respostas selecionadas e zero (0), às não selecionadas (negativas). Esse procedimento possibilitou o somatório das respostas escolhidas, cujo resultado variou de zero (0) a quatro (4), onde o menor número reflete o conjunto de respostas totalmente negativas, e o maior, o grupo de resultados totalmente positivos fornecidos pelos entrevistados (ver apêndice B).

anteriormente. Comparando os dados da Tabela 2 com os da Tabela 3 observa-se que a segunda descreve uma situação não muito positiva, pois mais de 60% dos entrevistados respondeu positivamente a apenas uma questão ou nenhuma.

Confrontando os resultados da Tabela 3 com as informações disponibilizadas nos relatórios da FEE, observa-se a descrição de dois cenários diferentes. De um lado, os dados econômicos da Fundação apontam a região onde se localiza a capital gaúcha como a mais bem desenvolvida do RS no período 2004-2006, enquanto que de outro, estão os dados empíricos que evidenciam um baixo índice de bem-estar dentre os respondentes. Tais diferenças reforçam a necessidade de se aprofundar a análise da qualidade de vida por meio da inclusão da avaliação dos sujeitos sociais como objeto de análise, uma vez que esses dados refletem o contentamento da vida das pessoas como um todo, considerando valores materiais e não materiais que compõem seu mundo (CAMPBELL, CONVERSE; RODGER, 1976).

Desse modo as próximas tabelas se dedicam a apresentar os dados empíricos de capital social e participação.

### **Capital social e participação**

As conclusões derivadas da comparação entre as informações da FEE e do NUPESAL indicam que dados puramente econômicos nem sempre refletem o sentimento de bem-estar das pessoas e, assim, justificando a introdução de variáveis não econômicas para explicar o sentimento de bem-estar. E é nesse ponto que se introduz o conceito de capital social e seus indicadores, uma vez que este diz respeito às formas como as relações sociais e políticas se estabelecem (Dasgupta, 2000).

Para avaliar o nível de confiança interpessoal existente na cidade de Porto Alegre foi construído um índice com as seguintes questões de confiança: i) na família<sup>13</sup>; ii) nos vizinhos; e iii) nas pessoas em geral<sup>14</sup>. O resultado é apresentado na próxima tabela<sup>15</sup>:

---

<sup>13</sup> Questão original: Gostaria de saber se o/a Sr/a confia muito, pouco ou não confia no/a: i) família; ii) vizinhos; iii) pessoas em geral.

<sup>14</sup> As respostas positivas foram: Família 97,6%, vizinhos 84,9% e pessoas em geral 19,2%.

<sup>15</sup> As respostas consideradas para a construção desse índice permitiram encontrar valores que variassem de zero a três, onde o menor resultado, zero (0), se refere ao grupo de respondentes que afirmou não confiar em todos os grupos sociais questionados (família, vizinhos e pessoas em geral). Enquanto que o maior número, três (3), reflete a dimensão mais positiva, ou seja, a quantidade de pessoas que confiam tanto na sua família, nos vizinhos, como nos indivíduos em geral.

**Tabela 4- Índice de confiança interpessoal (%)**

	Metropolitano
Alta	42,0
Baixa/média baixa	58,0
N	500

Fonte: Nuposal 2005, 2006.

As respostas apresentadas na Tabela 4 indicam que os níveis de confiança interpessoal dos respondentes compõem apenas duas dimensões: alta e baixa/média. Isso ocorre devido à inexistência de um conjunto de respostas totalmente negativas, devido ao fato de a confiança na família estar presente em 98% das respostas dos entrevistados.

Em relação à confiança institucional, que diz respeito à como os cidadãos veem suas instituições políticas, a mesma foi mensurada com base em duas perguntas. A primeira, que questionava se os entrevistados concordam com a afirmação de que todos os políticos são corruptos, e a segunda, que descreve como a população investigada julga a administração dos recursos públicos por parte do Estado e seus funcionários.

A justificativa para a utilização de questões sobre corrupção para descrever a relação entre cidadãos, instituições políticas e seus representantes encontra respaldo nas palavras de Amorim (2009). Segundo a autora, o atual cenário de forte desconfiança política na América Latina e, por conseguinte, no Brasil, se deve em maior escala à percepção que as pessoas possuem do funcionamento de suas esferas políticas. Conseqüentemente, sendo a corrupção não um sinônimo da desconfiança política, mas um indicativo desta. Os dados sobre essas questões são apresentados na Tabela 5:

**Tabela 5- Porcentagem de pessoas que concordam com as seguintes afirmações (%)<sup>16</sup>**

	<b>Todos são corruptos (sim)</b>	<b>O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos (não)</b>
Metropolitano	77,3	12,9

Fonte: Nuposal 2005, 2006.  
n: C. Metropolitano 420.

Os resultados da Tabela 5 descrevem um cenário preocupante em relação à confiança das pessoas em suas esferas política e institucional, pois se verifica a

<sup>16</sup> Questão original: Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: a) Todos os políticos são corruptos; b) O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos.

existência de um elevado sentimento de ceticismo entre os respondentes, que reflete a desconfiança na esfera política via percepção da corrupção, assim como uma baixa crença na eficiência administrativa do Estado. No tocante à sensação de desconfiança das pessoas nos seus representantes políticos, as porcentagens válidas destacam uma relação permeada pela desconfiança superior aos 77% nesta localidade. Em relação à segunda questão, que interroga a percepção dos moradores acerca da eficiência da administração do Estado, esta destaca um nível de descrença por parte da população de quase 87%.

Como definido no marco teórico, a definição de capital social empregada neste estudo diz respeito a variáveis de solidariedade, coletividade e de participação política dos cidadãos. A mensuração da presença desses quesitos foi realizada com base em três questões. A primeira, que questiona qual seria a reação do entrevistado caso ele fosse solicitado a participar em um projeto que não lhe traria benefícios diretos, mas sim a outras pessoas. A segunda, que interroga se durante o último ano o respondente auxiliou ativamente as demais pessoas em algum projeto local. E por último, a questão que se refere à participação ativa do entrevistado em algum grupo ou organização no período da aplicação do questionário. A Tabela 6 apresenta os resultados.

**Tabela 6- Participação em ações comunitárias ou em organizações (% positiva)**

	<b>Metropolitano</b>
Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas. Você contribuiria?	93,2
Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	28,9
Participa de algum grupo ou organização?	15,7

Fonte: Nupesal 2005, 2006.  
n: C. Metropolitano 500 .

De acordo com a Tabela 6, as questões utilizadas para mensurar a presença de solidariedade, reciprocidade e o nível de participação ativa e em grupos/organizações dos moradores de Porto Alegre consideram tanto uma perspectiva avaliativa, perguntando como eles se comportariam frente a uma situação específica, quanto atitudinal, questionando se eles participaram/participam ativamente nos últimos 12 meses. Desse modo, constitui-se uma análise mais aprofundada da existência de sentimentos indicativos de capital social entre as pessoas.

Discorrendo sobre a intenção dos entrevistados em participar, caso requisitados, em alguma atividade que não lhes beneficia diretamente, percebe-se um cenário positivo, pois 93% dos respondentes disseram “sim”, indicando alto percentual de capital social latente. Entretanto, quando realizada a segunda questão, de caráter atitudinal, um panorama diferente é observado. Isto porque as frequências positivas obtidas diminuem mais de sessenta e quatro pontos percentuais, representando apenas 29% das respostas válidas. Complementando o debate, os resultados da última questão reforçam a diferença entre a intenção que os respondentes têm em participar e a sua participação ativa em alguma ação coletiva, pois menos de 16% afirmam fazer parte de algum grupo ou organização.

Em outras palavras, a leitura dos resultados obtidos sinaliza três constatações principais no objeto de estudo: i) alto grau de desconfiança política por parte dos respondentes, que segundo Power e Júlío González (2003) caracteriza uma situação de incerteza que aumenta os riscos de instabilidade e, com isso, afeta o sentimento de confiança das pessoas nas esferas caracterizadas como corruptas; ii) a baixa avaliação das pessoas sobre a eficiência do governo em administrar os recursos públicos ; e iii) alta porcentagem de respondentes afirmando que participariam mesmo em caso de não serem beneficiados diretamente, mas que não possuem o hábito de fazê-lo.

A existência do cenário descrito, e a importância que essas informações possuem para compreender a avaliação que os cidadãos fazem da sua vida cotidiana, dão subsídios analíticos para que se verifique a relação entre as variáveis de capital social e o sentimento de bem-estar dos respondentes. A possível relação entre essas variáveis será examinada por meio da técnica de *path analysis* na próxima etapa do trabalho. O emprego de tal técnica objetiva compreender quais dos fatores envolvidos podem servir de explicativos para a compreensão do bem-estar subjetivo das pessoas e, dessa forma, sugerindo a complementaridade de dados econômicos e subjetivos para uma compreensão mais aprofundada da qualidade de vida de uma sociedade.

### **A relação entre dados de capital social e bem-estar**

O propósito desta sessão é verificar a existência, ou não, de uma relação explicativa entre as variáveis de capital social e bem-estar utilizadas neste estudo. Para

tal, foi empregada a técnica conhecida como modelo de trajetória<sup>17</sup>. Essa técnica é conhecida como uma forma superior de regressão múltipla que pode ser usada quando se parte do pressuposto de que as respostas de uma variável são influenciadas por outras, assim verificando a dependência entre as variáveis usadas (BABBIE, 1999).

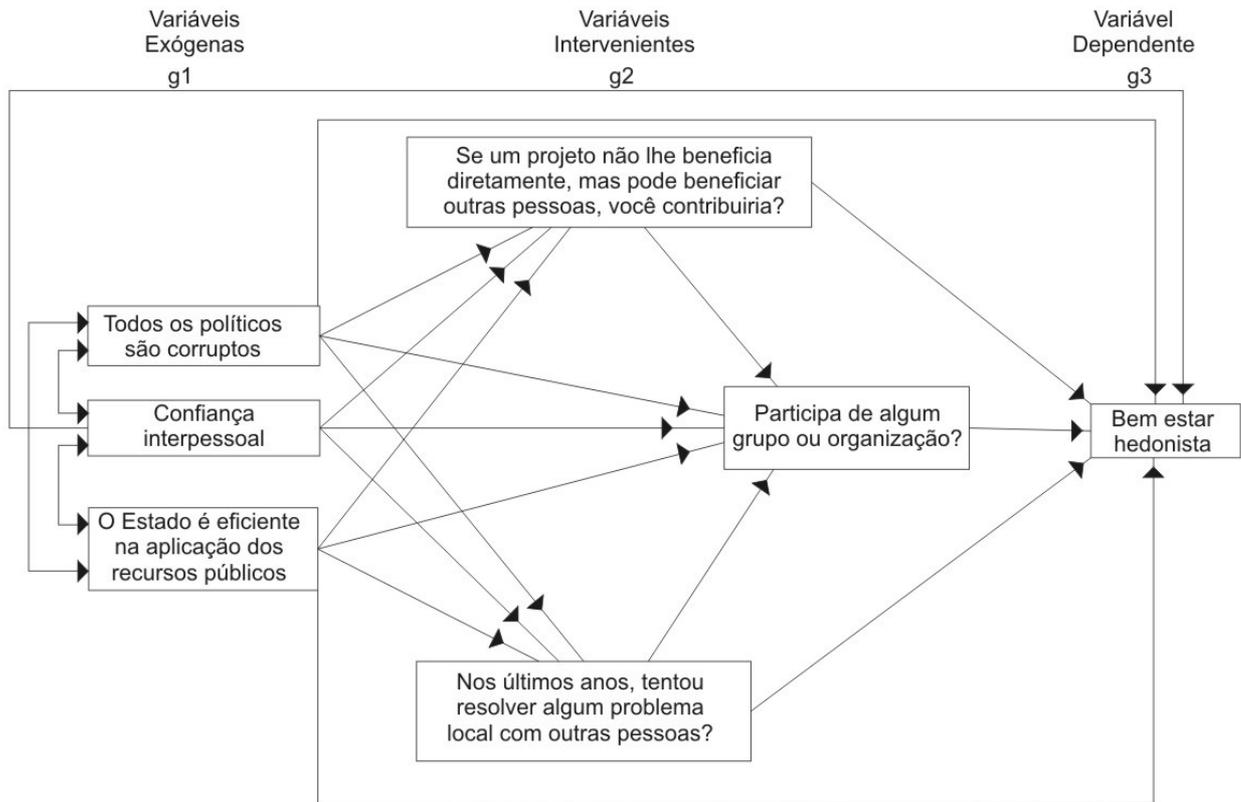
O primeiro passo para a elaboração do procedimento pressupõe a diagramação das variáveis estudadas com base no modelo causal que se busca analisar<sup>18</sup>. O diagrama que expõe o modelo de trajetória empregado neste trabalho, que utiliza as questões descritas no Quadro 1, foi elaborado com base no referencial teórico apresentado no Capítulo 1. O Quadro 2 expõe o diagrama elaborado (*path diagram*).

---

<sup>17</sup> No original em inglês: *path analysis*.

<sup>18</sup> O diagrama é composto por 3 grupos de variáveis: i) independentes, que não são impactadas pelas demais variáveis do modelo; ii) intervenientes, que se localizam entre a variável exógena e a dependente; iii) dependente, que se refere àquela que sofre influência pelas demais variáveis do modelo.

## Quadro 2- Modelo de trajetória

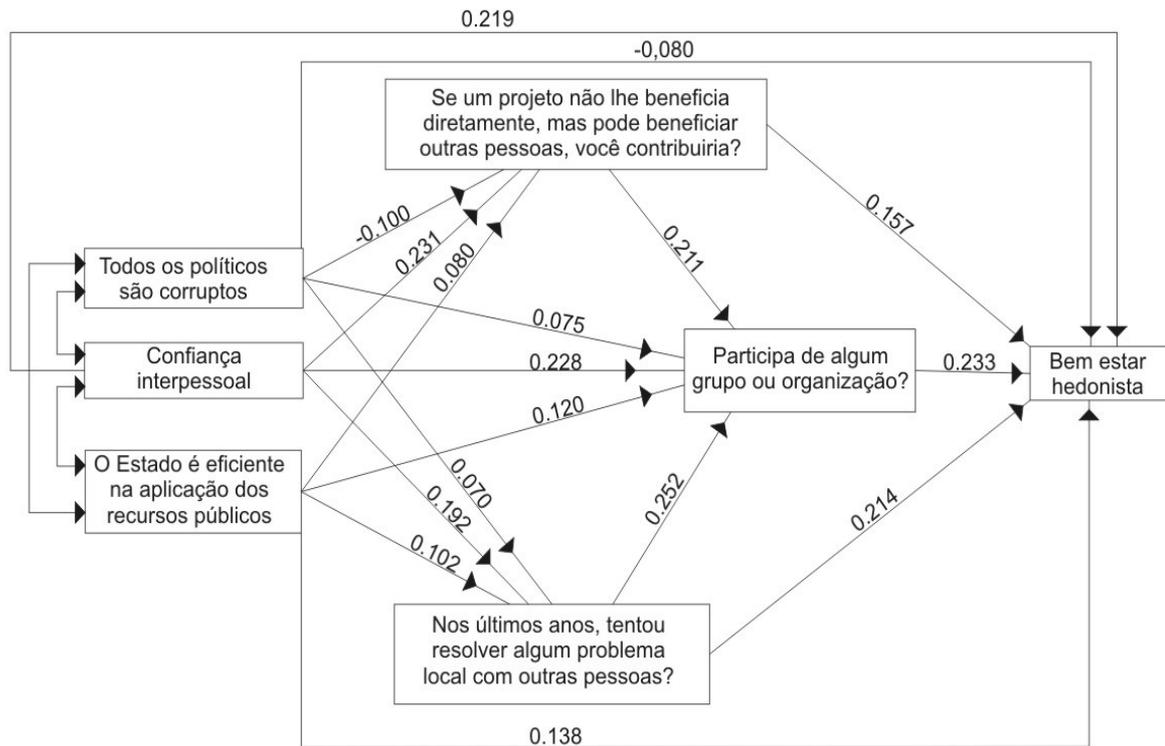


Fonte: Modelo elaborado pela autora com base nas pesquisas de percepção do NUPESAL 2005-2006.

Como se pode observar, as questões utilizadas no diagrama estão dispostas de forma a ilustrar o modelo teórico empregado, cujo pressuposto é de que indicadores de capital social e participação podem servir de explicativas para a compreensão do bem-estar das pessoas. As variáveis que compõem o diagrama foram divididas em três grupos: i) g1, que diz respeito às variáveis exógenas do modelo, englobando o índice de confiança interpessoal e as duas questões sobre confiança institucional; ii) g2, formado pelas questões sobre participação; e iii) g3, é composto apenas pelo índice de bem-estar, variável dependente do modelo. Os caminhos desenhados no diagrama, marcados pelas flechas, buscam analisar a relação causal entre os indicadores de confiança interpessoal e institucional (g1) e as variáveis de participação e solidariedade (g2), assim como a causalidade que esses dois grupos de variáveis exercem sobre o bem-estar (g3).

Os resultados calculados com base no diagrama são apresentados no Quadro 3 (Apêndice C).

### Quadro 3- Modelo de trajetória calculado no COREDE Metropolitano



Fonte: Modelo elaborado pela autora com base nas pesquisas de percepção do NUPESAL 2005-2006.

Objetivando compreender e visualizar melhor os resultados apresentados no Quadro 3, optou-se por construir uma tabela que explicasse de maneira mais sintética os resultados de cada caminho percorrido entre cada variável e a dependente. Para tanto, a próxima tabela apresenta de forma resumida<sup>19</sup> e comparada os efeitos calculados no modelo de trajetória utilizado:

**Tabela 7- Efeitos totais**

Caminho percorrido do g1 ao g3.	Metropolitano
Confiança nas pessoas em geral	0,359
Confiança no Estado	0,182
Confiança nos políticos	-0,060

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

A Tabela 7 apresenta comparativamente como as variáveis exógenas e a dependente, considerando as variáveis intervenientes, servem de explicativas para o sentimento de bem-estar subjetivo dos respondentes. Considerando apenas os efeitos totais percorridos dentre as variáveis exógenas à dependente, destaca-se aquele entre a

<sup>19</sup> A tabela com os resultados completos está no apêndice C deste trabalho.

confiança interpessoal e o bem-estar, com maior efeito de causalidade sob a variável dependente. Em outras palavras, significa afirmar que o indicador de confiança interpessoal é aquele que mais explica a sensação de bem-estar dos entrevistados.

Discorrendo sobre as variáveis de confiança das pessoas na administração do Estado sobre os recursos públicos, observa-se que esta detém as segundas correlações mais elevadas com o bem-estar dos cidadãos, sendo contudo, pouco explicativas. Enquanto que, os efeitos que descrevem a relação dos moradores dessas localidades com seus representantes políticos apresentam um efeito negativo, indicando uma não relação explicativa entre confiança política e bem-estar. Em outras palavras, pode-se afirmar que dentre as três variáveis exógenas utilizadas no modelo, confiança interpessoal, no Estado e nos representantes políticos, aquela que apresentou maior relação explicativa com a variável dependente de bem estar diz respeito à confiança interpessoal dos moradores. O caminho é ainda mais intensificado quando consideradas as variáveis intervenientes de participação e solidariedade.

Analisando a importância das variáveis intervenientes de participação que mensuram a existência de uma esfera solidária, participativa e associativa entre as pessoas entrevistadas, observa-se que esta possui uma importância significativa em todos os caminhos percorridos, com destaque para a participação ativa dos respondentes em grupos ou organizações (0.252), seguido pela variável de participação ativa destes nos últimos 12 meses (0.214) e, por último, na sua intenção de participar, mesmo que a ação não traga benefícios diretos à sua pessoa (0.157).

Com base nessas constatações, é possível esclarecer que existe influência entre os indicadores de capital social sobre a dimensão de bem-estar, principalmente de confiança interpessoal e participação. Desse modo, os resultados alcançados apontam para a necessidade de se considerar as dimensões não materiais, como as avaliativas e de capital social, para a compreensão do bem-estar das pessoas e assim, da sua qualidade de vida. Em outras palavras, significa afirmar que a sensação de felicidade, satisfação, confiança e realização das pessoas na sua sociedade é explicada em parte pela forma como as pessoas interagem e se relacionam com as demais esferas que compõem seu cotidiano, principalmente no que diz respeito aos demais membros de sua sociedade.

## **IV. Conclusões**

Este estudo teve como objetivo verificar se valores como confiança interpessoal, confiança política, ações colaborativas e participativas influenciam no sentimento de bem-estar dos cidadãos dentro da sociedade em que vivem. Para tal, partiu-se do pressuposto que a caracterização da qualidade de vida de uma localidade depende tanto de dados econômicos como de valores subjetivos de avaliação das pessoas, uma vez que a complementaridade entre essas dimensões considera aspectos materiais e não materiais da vida cotidiana dos seres humanos.

Conforme defendido desde os anos de 1964, pelo discurso do presidente Lyndon Johnson e posteriormente nos estudos de Campbell, Converse e Rodger (1976), a metodologia empregada para a compreensão da qualidade de vida e do bem-estar da sociedade deve ir além de aspectos econômicos, considerando aspectos tangíveis e não tangíveis da vida dos seres humanos. Desse modo, o recorte teórico utilizado neste estudo teve como marco conceitual o trabalho sobre cultura política desenvolvido por Almond e Verba no ano de 1963. Adicionalmente a essa abordagem, utilizou-se como base as publicações e as pesquisas de autores como Bartolini e Bilancini (2009) e Bechetti (2009), assim como os artigos publicados por Dasgupta (1999) e Nausbaun e Sen (1988) sobre o debate em torno da compreensão da qualidade de vida e do bem-estar dos atores sociais.

De modo geral, a bibliografia empregada defende a compreensão do ator social como um ente protagonista, cujas ações e avaliações devem ser centrais na análise e em estudos sobre relações sociais e políticas em uma sociedade. Uma vez que tal abordagem, que considera tanto valores subjetivos como avaliativos do cotidiano das pessoas, permite conduzir avanços públicos e privados mais pontuais nas ações voltadas para o bem-estar social.

Considerando os argumentos explicitados e o referencial teórico utilizado, esse estudo objetiva empregar uma dimensão mais ampla e complexa da qualidade de vida, incluindo variáveis subjetivas, avaliativas e comportamentais dos sujeitos sociais. Os principais conceitos utilizados na pesquisa foram os de capital social, participação e a dimensão de bem-estar subjetivo.

No que tange a definição do primeiro conceito empregado, sua definição baseou-se predominantemente nas palavras de Robert Putnam (1993) e Durston (1999, 2006). Para eles, o capital social diz respeito a um conjunto de fatores como confiança, reciprocidade e normas comuns, que quando compartilhadas, servem de reguladoras do convívio social facilitando a organização da sociedade e, assim, incidindo diretamente na sua cultura política. As principais variáveis de capital social empregadas foram as de confiança interpessoal e política.

Para definir o conceito de participação, também indicativo de capital social, utilizou-se os escritos de Allebrand (2002), para quem o ato de participar revela a necessidade do indivíduo de se associar com seus iguais para obtenção de objetivos ou ações coletivas. Assim, podendo o conceito ser empregado como um indicativo de solidariedade e reciprocidade entre os membros de uma sociedade. Por último, como variável dependente da análise, empregou-se a dimensão de bem-estar subjetivo. Essa dimensão foi utilizada nos moldes definidos por Baquero (2007), Nussbaum e Sen (1988). Segundo esses autores, o emprego dos sentimentos de felicidade, satisfação, confiança e realização das pessoas com a sociedade em que vivem permite elaborar uma compreensão mais detalhada do bem-estar e da qualidade de vida dos membros de um grupo social.

Em termos analíticos, foram analisados dados provenientes de duas diferentes fontes. A primeira diz respeito aos dados publicados nos relatórios sobre desenvolvimento socioeconômico (IDESE) elaborados pela Fundação de Economia e Estatística do RS durante o período 2004-2006. Enquanto que, a outra fonte de informação empregada, provém da *survey* sobre qualidade de vida e capital social realizada pelo NUPESAL no ano de 2005, que incluía no seu escopo as variáveis indicativas de capital social, participação e bem-estar que se pretendia analisar.

O emprego dessas diferentes fontes de informações permitiu comparar como dados puramente econômicos descrevem o cenário onde a cidade de Porto Alegre se localiza e, como os dados empíricos coletados via *survey* caracterizam a qualidade de

vida dos moradores desta localidade. Os resultados dessa comparação expressam a necessidade de se complexificar a mensuração sobre qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos, pois enquanto os dados econômicos descrevem um cenário positivo com elevadas taxas de desenvolvimento socioeconômico, os dados empíricos de bem-estar revelaram um cenário menos otimista em Porto Alegre.

Tal constatação não questiona a validade dessas fontes ou das informações analisadas, mas indica a importância de se complexificar a mensuração da qualidade de vida, empregando tanto dados econômicos quanto avaliativos dos próprios indivíduos. E com isso, fornecendo suporte para a materialização deste estudo, que objetivou analisar a relação explicativa entre os indicadores dos conceitos de capital social e participação por meio da presença de confiança institucional, confiança interpessoal e de participação/solidariedade dos respondentes no seu bem-estar.

Para testar a hipótese de que existe relação causal entre as variáveis usadas foi empregada a técnica de análise de trajetória (*path analysis*). Por meio desse procedimento e do diagrama elaborado, os resultados obtidos permitiram evidenciar, dentre os indicadores estudados, aquele que mais influencia ou explica os sentimentos de bem-estar da população porto-alegrense. Essa análise revelou que dentre as variáveis analisadas no modelo, aquela que mais se destacou como explicativa do bem-estar foi a de confiança interpessoal. Outra constatação significativa foi observada em relação à influência da variável interveniente de participação que intensificou todos os caminhos percorridos entre as variáveis exógenas e a variável endógena de bem-estar subjetivo, principalmente entre aqueles que agiram ativamente em algum projeto nos últimos 12 meses. Assim, se conclui que os resultados obtidos incentivam e reforçam a manutenção e a promoção de metodologias que respeitem as particularidades e as diferenças de cada localidade, incluindo a percepção dos entrevistados e não somente dados econômicos, conforme se pode observar, em anos mais recentes, nos trabalhos financiados por organizações como Cepal, Banco Mundial e Organização Mundial da Saúde.

Em suma, foi possível verificar, com base nos dados analisados e nos resultados obtidos, a necessidade de se continuar a ampliar os estudos sobre qualidade de vida e bem-estar. Complementarmente, os resultados defendem a importância do conceito de capital social para a compreensão da vida em sociedade, que não ocorre da mesma maneira em todas as localidades, sendo então importante destacar a influência de dados sociais, econômicos e culturais de cada uma. Todavia, embora a relevância das

conclusões aqui obtidas, as evidências empíricas constatadas são apenas um passo inicial em direção à amplificação da forma como a qualidade de vida é mensurada e da utilidade do capital social como um conceito proeminente em dias atuais em trabalhos sobre desenvolvimento social na Ciência Política.

## V. Referências Bibliográficas

- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown and Company, 1963. 421p.
- ALVES, Douglas; VISCARRA, Simone. Capital social, satisfação e as diferentes formas de participação política. In: *Revista Debates* (impressa), Porto Alegre, v. 1. n. 1, Mar/Abr 2006.
- AMORIM, Maria Salete Souza de. *Confiança e cultura política no Brasil e Paraguai*. Apresentação no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), no Rio de Janeiro, Brasil, de 11 a 14 de junho de 2009.
- BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisa de Survey*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. 519 p.
- BAQUERO, Marcello. A (des)institucionalização da desigualdade: capital social, empoderamento e democracia na América Latina. *Relatório de pesquisa- Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e melhoria da qualidade de vida: estudo comparado entre cidades do Brasil, Uruguai e Chile*. Porto Alegre, 2006.
- BAQUERO, Marcello. *Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. 221p.
- BARTOLINI, Stefano; BILANCINI, Ennio; SARRACINO, Francesco. Sociability predict happiness: World Wide evidence from time series. In: *Quaderni del Dipartimento di economia política*, n. 579, p. 45, out. 2009. Disponível em: <<http://www.econ-pol.unisi.it/quaderni/579.pdf>>. Acesso: 23 out. 2009.
- BECCHETTI, Leonardo; GIACHIN, Ricca Elena; PELLONI, Alessandra. On the Causal Impact of Relational Goods on Happiness. In: *CEIS Working Paper. Vergata University, Rome*, n. 151, dez. 2009. Disponível em: <<ftp://www.ceistor.vergata.it/repec/rpaper/RP151.pdf>>. Acesso: 23 dez. 2009.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 31, Paris, Centro de Sociología Europeo. 1980.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992. 322p.
- BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, John. (Ed.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. Nova York: Greenwood Press, 1986. 401p.
- BRYMAN, Alan; CRAMER, Duncan. *Quantitative Data Analysis with SPSS 12 and 13*. Great Britain: Routledge, 2005. 336 p.
- CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip E.; RODGER, Willard L. *The quality of American life: perceptions, evaluations, and satisfactions*. New York: Russell Sage Foundation, 1976. 583p.
- COLEMAN, James S. *Foundations of Social Theory*. Cambridge: Mass. Harvard University Press., 1990. 1001 p.
- COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. In: *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 94, Supplement, p. S95-S120, 1988.
- CREMONESE, Dejalma. *Capital social e padrões de participação político-social em Ijuí/RS*. 265 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Departamento de Pós Graduação em Ciência Política. UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail. Economic progress and the idea of social capital. In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail (Eds.). *Social Capital: A Multifaceted Perspective*. Washington, DC, World Bank, 2000. p. 325-424.
- DURSTON, John. Construyendo capital social comunitario: una experiencia de empoderamiento rural en Guatemala. In: *Serie Políticas Sociales*, Naciones Unidas Comisión Económica para América Latina Y El Caribe, Santiago de Chile, n. 30, 1999.
- DURSTON, John; LÓPEZ, Eduardo. Capital social y gestión participativa en la cuenca de Pátzcuaro. In: *Revista de la CEPAL*. n. 90, dez 2006. p.105-118.
- FARR, James. Social capital: A conceptual history. Political Theory. In: *Political theory*, v. 32, n. 1, p. 6-33, fev. 2004. Disponível em: <[http://www.paunite.org/Resources/Social%20Capital%20-%20A%20Conceptual%20History%20\(Jim%20Farr%202004\).pdf](http://www.paunite.org/Resources/Social%20Capital%20-%20A%20Conceptual%20History%20(Jim%20Farr%202004).pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2009.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, RESUMO ESTATÍSTICO RS – COREDES. 2004, 2005 e 2006. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_coredes.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php)>. Acesso em: 4 jun. 2009.
- FRANKEN, Ieda. *Qualidade de vida no contexto dos serviços públicos: um estudo das representações sociais com profissionais de saúde*. Trabalho apresentado na V Jornada Internacional e II Conferência Brasileira sobre Representações Sociais. Brasília, 31 de julho a 03 agosto de 2007.

- FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 456p.
- GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985.
- GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.
- GROOTAERT, Christiaan; SERAGELDIN, Ismail. Defining social capital: An integrating view. In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail (Eds.). *Social Capital, A Multifaceted Perspective*. Washington, DC, World Bank, 1999, p. 71-93.
- GUERRA, Isabel. Participação e ação coletiva. Interesse, conflitos e consensos. Ed. Principia,
- RICHARDSON, Ann. Participation. T.J Press. 1983.
- HELLIWELL, John F. Well-Being and Social Capital: Does Suicide Pose a Puzzle? In: *Social Indicators Research*, v. 81. p. 455-496. Working Paper, Vancouver, 2007. Disponível em: <<http://wellbeing.econ.ubc.ca/helliwell/chronological.php>>. Acesso em: 11 ago. 2009.
- HELLIWELL, John F.; PUTNAM Robert D. The social context of well-being. In: *Philosophical transactions of the royal society*. Research paper, Vancouver, v. 29, p. 1435-1446, sept 2004. Disponível em: <<http://www.pubmedcentral.nih.gov/picrender.fcgi?artid=1693420&blobtype=pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2009.
- HERCULANO, Selene C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene C. (Org.). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói: Eduff, 2000.
- HIGGINS, Silvio Segundo Salej. *Fundamentos Teóricos do Capital Social*. 1. ed. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2005. 263 p.
- JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Random, 1961. 458 p.
- KRISHNA, Anirudh. Creating and harnessing social capital. In: DASGUPTA, Partha e SERAGELDIN, Ismail (Eds.). *A Multifaceted Perspective*. Washington, D.C.: World Bank, 1999. p. 71-93.
- MARQUES, Renato. F. R. Influência da tecnologia sobre a prática cotidiana de atividade física. In: VILARTA, Roberto; GUTIERREZ, Gustavo Luis; CARVALHO, Teresa Helena Portela Freire de; GONÇALVES, Aguinaldo. (Org.). *Qualidade de vida e novas tecnologias*. 1 ed. Campinas: IPES Editorial, 2007, v. 1, p. 139-148.
- MAYRAZ, Guy; WAGNER, Gert; SCHUPP, Jürgen. Life satisfaction and relative income: perceptions and evidence. *Discussion Paper Series*, Berlin, Sept. 2009.

- MINAYO, Maria Cecília de S.; HARTZ, Zulmira Maria de A.; BUSS, Paulo M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232000000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 21 mar. 2009.
- NORTON, Andrew. Social Capital and Civil Society: Some Definitional Issues. In: NORTON, Andrew; STURGESS, G.; STEWART-WEEKS, M. *Social Capital: the individual, civil society and the State*. Policy Forum, 14, The center for Independent studies, Sidney, 2000.
- NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya. *The quality of life*. ed. Oxford, United Kingdom, Oxford, 1988. 453 p.
- PILATTI, Luiz Alberto. Qualidade de Vida e Trabalho: Perspectivas na Sociedade do Conhecimento. In: VILARTA, R.; GUTIERREZ, G.; CARVALHO, T.; GONÇALVES, A. (Orgs.). *Qualidade de vida e tecnologias*. IPES, 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/feef/espec/hotsite/gqve/publicacoes/tecnologia.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- POWER, Timothy J.; GONZALEZ, Júlio. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. In: *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 21, p. 51-69, nov. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782003000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 dez. 2009.
- PUTNAM, Robert. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000. 541 p.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993. 260 p.
- PUTNAM, Robert; HELLIWELL, John. Economic Growth and Social Capital in Italy. In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail. *Social Capital: A Multi-Faceted Perspective*, Washington, D.C.: World Bank, 1999. p. 253-268.
- SCHWARTZMAN, Simon. Repensando o desenvolvimento: educação, ciência, tecnologia. SEMINÁRIO DESENVOLVIMENTO E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, São Paulo: Instituto Goethe, IDESP, 18-19 mai. 1993. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos/repensando-desenvolvimento-educacao/repensando-desenvolvimento-ducacao2.shtml> Acesso em: 22 jul. 2009.
- SOLOW, Robert. Notes on social capital and economic performance. In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail (Orgs.). *Social Capital, A Multifaceted Perspective*. Washington D.C.: World Bank, 1999. p. 6-12.

STIGLITZ, Joseph. Formal and informal institutions. In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail (Eds.). *Social Capital, A Multifaceted Perspective*. Washington D.C.: World Bank, 1999. p. 71-93.

UPHOFF, Norman. Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation. In: DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail (Eds.). *Social Capital, A Multifaceted Perspective*. Washington D.C.: World Bank, 1999. p. 215-252.

## Apêndices

## Apêndice A – O uso da análise fatorial

Com o propósito de diminuir o número de variáveis a serem utilizadas no diagrama, empregou-se a técnica de análise fatorial. Os resultados do procedimento são apresentados nas tabelas abaixo:

Metropolitano		Metropolitano		
<b>Rotated Component Matrix</b>		<b>Rotated Component Matrix</b>		
	Component	Component		
	1	1	2	
22.a. Como se sente hoje em nossa sociedade? Felicidade	,847	26.l. Família	,825	-,175
22.b. Satisfação	,817	26.m. Vizinhos	,783	,242
22.c. Realização	,826	25. Se pode confiar nas pessoas	50E-02	,971
22.d. Confiança	,728			
Extraction Method: Principal Component Analysis Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization a. Rotation converged in 3 iterations.		Extraction Method: Principal Component Analysis Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization a. Rotation converged in 3 iterations.		

Conforme observado nessas tabelas, foi possível agregar o conjunto de questões sobre confiança interpessoal e bem-estar em um único fator, permitindo a construção dos índices propostos sem que estes perdessem sua interpretabilidade e coerência.

Em relação à confiança interpessoal, que obteve um resultado diferenciado, optou-se por considerar todas as variáveis de confiança interpessoal como pertencentes a uma única dimensão por duas razões. A primeira, com base na teoria do capital social, que define as três variáveis utilizadas dentro da mesma dimensão de confiança interpessoal e a segunda, por sua vez, com o propósito de dar continuidade ao trabalho sem que esse perdesse sua capacidade de análise.

## Apêndice B - Construção dos índices

A atribuição dos valores dos dados que compõem os índices elaborados respeitou a seguinte hierarquia: peso um (1) para as respostas mais positivas e peso zero (0) para as intermediárias e/ou negativas<sup>20</sup>. O quadro abaixo apresenta a recodificação em cada questão.

Questão	Valor original		Valor atribuído
Confiança institucional e interpessoal (pessoas em geral, vizinhos e família)	1-confia		1=1
	2-confia pouco		2=0
	3-não confia		3=0
Quanto ao/à sr/a, como se sente hoje em nossa sociedade?	1-Feliz	2-Infeliz	1=1
	1-Satisfeito	2-Insatisfeito	
	1-Realizado	2-Frustrado	2=0
	1-Confiante	2-Inseguro	

Após tal recodificação, o passo seguinte foi somar as respostas positivas dos itens de cada índice. No tocante à confiança institucional e interpessoal, o resultado da soma variou de zero (0) a três (3), enquanto que para a percepção do bem-estar dos moradores, os resultados variaram de zero (0) a quatro (4). Os resultados seguiram a seguinte categorização:

Dimensão		Valor	Codificação
Confiança interpessoal	Sem nenhuma resposta positiva	Três (3)	Baixa confiança
	Com uma (1) ou duas (2) respostas positivas	Dois (2)	Média confiança
	Com três (3) respostas positivas	Um (1)	Alta confiança
Confiança institucional	0 a 1	Três (3)	Baixa confiança
	2 a 5	Dois (2)	Média confiança
	6 a 7	Um (1)	Alta confiança
Bem estar	Com nenhuma (0) ou uma (1) resposta positiva	Três (3)	Baixo sentimento de bem estar
	Com duas (2) respostas positivas	Dois (2)	Médio sentimento de bem estar
	Com três (3) ou quatro (4) respostas positivas	Um (1)	Alto sentimento de bem estar

Fonte: tabela elaborada pela autora.

<sup>20</sup> Foi definindo como *missing* as respostas “não sabe” (NS) e “não respondeu” (NR), que em nenhum caso ultrapassou 4,1% do total de respostas válidas.

## Apêndice C- Construção do cálculo de efeitos totais do COREDEs

O cálculo de efeitos totais das variáveis exógenas sobre a variável dependente foi realizado com base na estrutura utilizada por Bryman e Cramer (2004, p. 317). Os próximos quadros esclarecem a forma como foi calculado o efeito total em cada trajeto percorrido<sup>21</sup>.

**Para o COREDE Metropolitano o cálculo foi o seguinte:**

### 1. Confiança nos Políticos

Cálculo do caminho	Efeito parcial	Efeito indireto	Efeito total
$-0.1 \times 0.211 \times 0.233$	-0.005	-0.08	-0.06
$-0.1 \times 0.157$	-0.010		
$0.075 \times 0.233$	0.007		
$0.07 \times 0.252 \times 0.233$	0.004		
$0.07 \times 0.214$	0.014		
Total	0.020		

### 2. Confiança Interpessoal

Cálculo do caminho	Efeito parcial	Efeito indireto	Efeito total
$0.231 \times 0.211 \times 0.233$	0.01	0.219	0.359
$0.231 \times 0.157$	0.03		
$0.228 \times 0.233$	0.05		
$0.192 \times 0.252 \times 0.233$	0.01		
$0.192 \times 0.214$	0.04		
Total	0.140		

### 3. Confiança no Estado

Cálculo do caminho	Efeito parcial	Efeito indireto	Efeito total
$0.08 \times 0.211 \times 0.233$	0.004	0.138	0.182
$0.08 \times 0.157$	0.012		
$0.012 \times 0.233$	0.002		
$0.102 \times 0.252 \times 0.233$	0.005		
$0.102 \times 0.214$	0.02		
Total	0.043		

A tabela abaixo sintetiza os resultados encontrados em cada caminho:

<sup>21</sup> Resultados maiores que 0,10 são os mais significativos.

## Efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida, COREDE Metropolitano

<i>Variável causal</i>	<i>Efeito direto</i>	<i>Efeito da variável interveniente</i>	<i>Efeito total</i>	
Confiança nas pessoas em geral	0,219	Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	0,231	0,359
		Participação em algum grupo ou organização?	0,228	
		Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,192	
Confiança nos políticos*	-0,080	Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	-0,100	-0,06
		Participação em algum grupo ou organização?	0,075	
		Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,070	
Confiança no Estado**	0,138	Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	0,080	0,182
		Participação em algum grupo ou organização?	0,120	
		Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,102	
Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	0,157	Participação em algum grupo ou organização?	0,211	
Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,214	Participação em algum grupo ou organização?	0,252	
Participa de algum grupo ou organização?	0,233			

\* Questão original: Todos os políticos são corruptos.

\*\* Questão original: O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Quadro 5.